

O enfraquecimento do poder coletivo da classe trabalhadora frente a reestruturação produtiva

Maria Isabel Bel do Nascimento Guimarães

Resumo: O artigo traz uma reflexão sobre o enfraquecimento do poder coletivo - do *empowerment* - da classe trabalhadora frente ao processo de reestruturação produtiva e mundialização do capital, que vem ocorrendo deste a década de 1980, e seus reflexos no cotidiano e nas atitudes operárias coletivizadas no movimento sindical. Trata também da necessidade e de possibilidades de reconstrução do *empowerment* desta classe através de suas organizações coletivas.

□

No imaginário social, “Trabalho” é definido como a atividade destinada a inscrever o indivíduo no fluxo das trocas sociais da sociedade.

No decorrer da história humana, em diferentes regiões do mundo e em várias culturas, diversas formas de organização social favoreceram uma vida humana digna sem recorrer ao trabalho assalariado. Porém, na sociedade capitalista, o trabalho remunerado atesta a inserção social do indivíduo. Além disso, horários fixos, tarefas definidas, normas profissionais e institucionais e a possibilidade de controle social reforçam esta representação de inserção social dada ao “Trabalho”.

Na verdade, no imaginário social da sociedade contemporânea, as palavras emprego e trabalho funcionam como sinônimos, praticamente sem distinção.

Estas considerações levam à afirmação de que o trabalho remunerado é fonte essencial de identidade, de objetivo e de sentido de vida de sujeitos individuais, na sociedade capitalista. Inclusive que é o trabalho remunerado é elemento essencial na construção deste sujeito.

A articulação de sujeitos individuais que vivem do trabalho gesta, gera e fortalece o sujeito coletivo e suas representações no seio da sociedade, na correlação de forças entre trabalho/capital. Este enfrentamento dinâmico e constante, no seio da sociedade, favorece o *empowerment* dos sujeitos nas relações sociais mais complexas, quando se baseiam em estratégias de produção de poder coletivo e de mudanças de relações entre aqueles que produzem e vivem do trabalho e o capital.

Ora, presencia-se neste momento histórico, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de representação social e sindical, na estrutura produtiva e na forma de inserção nesta estrutura.

Foram tão intensas as modificações que se sucederam no processo de trabalho e de produção capitalista, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho presenciou a mais aguda crise deste século, que atingiu não só sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser.¹

A revolução tecnológica veloz e absorvente toma conta do mundo globalizado. Ela traz consigo, dentre outras, o desafio da não necessidade do trabalho do conjunto dos trabalhadores, implicando fortemente no aumento do desemprego. Alguns observadores sociais e estudiosos falam em “fim do emprego” e em superação da sociedade salarial.

Assiste-se, desde o final do século XX, a uma visível diminuição da classe operária e à modificação do trabalho e das relações trabalhistas desta classe.

A revolução tecnológica ainda está mudando profundamente a compreensão de espaço e tempo vigente. Criou um tecido social inteiramente novo e global. Impõe-se com vigor o imperativo de que tudo que é tecnologicamente possível deve ser realizado, sem limites de qualquer natureza. E isso tem, obviamente, conseqüências em todos os campos.

Hoje, para produzir riquezas, o trabalho no sentido tradicional, já não é mais necessário. Basta o trabalho incorporado aos aparelhos de tecnologia avançada, que multiplicam enormemente a capacidade de produção de um número sempre menor de pessoas.

Diante da grande volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, as empresas tiram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra (desempregados, subempregados). Passam a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. Com isso, a redução do emprego regular deu lugar ao crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.²

O avanço tecnológico, centrado na produção de mercadoria e no lucro, tem como conseqüência o desemprego estrutural. E, para aqueles que permanecem no mercado de trabalho há uma fragmentação e heterogeneização no universo da classe operária.

Para alguns que ficam no núcleo das empresas é possível a qualificação e intelectualização do trabalho mas, para a grande maioria, resta o subproletariado fabril e de serviços, ou seja, a desqualificação, precarização, terceirização, trabalho informal, etc.

Como nos afirma ANTUNES:

¹ R. ANTUNES, Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*, Boitempo Editorial, São Paulo, 1997, p. 71.

² Cf. Francisco J.S. TEIXEIRA e Manfredo A. de OLIVEIRA (org.), *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*, Cortez, São Paulo: 1996, p. 133.

Começamos inicialmente afirmando que se pode presenciar uma múltipla processualidade: de uma lado, verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual (...) Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva terceirização do trabalho, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa por meio da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário. Pode-se presenciar, também, um significativo processo de subproletarização intensificado, presente na expansão do trabalho parcial, precário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. (...) Em síntese: a desproletarização do trabalho manual, industrial e fabril; terceirização, heterogeneização e subproletarização do trabalho. Diminuição do operariado industrial tradicional e aumento da classe-que-vive-do-trabalho.³

No Brasil, é possível evidenciar com clareza esta situação. Apesar do forte movimento operário nas décadas de 1980/1990, que conseguiu ampliar significativamente os direitos trabalhistas e a força dos sindicatos, o patronato elaborou estratégias de assimilação das lutas dos trabalhadores e de recuperação de seu poder sobre o trabalho. Une-se a isso a reorganização do processo de trabalho e a introdução de novas tecnologias, visando o aumento da produtividade.

Esta contra-ofensiva do capital é lançada, primeiramente, pelas grandes empresas, difundindo-se em cadeia, para as médias e pequenas.

Inclusive a capacidade de organização dos trabalhadores é instrumentalizada pelo capital através das novas ferramentas gerenciais, como CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), que procuram enquadrar o inter-relacionamento dos trabalhadores na “participação” consentida, visando a produtividade da empresa. Contribuindo para a fragmentação do coletivo operário e direcionando sua capacidade organizativa para a realização de inovações no processo de trabalho.⁴

Há uma mudança radical no interior da fábrica e uma drástica diminuição do número de operários, sem que isso signifique redução da produção, ao contrário: estas medidas permitiram o aumento da produtividade.

Grande parte do processo produtivo é “terceirizado”. As fábricas realizam parte da produção e repassam outra parte para trabalhadores informais, ainda mais precarizados, que trabalham na informalidade, sem qualquer vínculo empregatício com a empresa e sem mínimos direitos trabalhistas garantidos.

³ R. ANTUNES, Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro, 1997, p. 79.

⁴ Cf. M.P. Leite, *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e Sindicatos no Brasil*, Papirus, Campinas, 1997.

A fábrica não tem mais um espaço geográfico definido ela se expande além dos limites antes conhecidos. Num processo contínuo de fragmentação, invade todos os espaços possíveis. A indústria calçadista, por exemplo, invade o espaço familiar, o lar das pessoas, no processo de confecção das várias peças do calçado.

Este mecanismo contribui para fragmentar também a classe operária, dividida entre uma elite empregada nas fábricas, conseguindo manter os direitos trabalhistas conquistados nas lutas sindicais; e uma grande parcela de trabalhadores que, mesmo tendo participado desta luta, estão alijados do processo produtivo regulamentado.

O *empowerment* coletivo conseguido nas lutas sindicais vem se fragilizando aceleradamente nesta nova forma de organização do trabalho.

Outro aspecto que merece ser avaliado é a excessiva burocratização e institucionalização do movimento sindical, de forma geral, que o tem distanciado de suas bases, criando um fosso entre as instituições sindicais e movimentos sociais autônomos e também entre sindicatos (diretoria) e sindicalizados (categoria).

Ocorre que uma parcela significativa dos sindicatos é, ainda hoje, absolutamente autoritária e burocrática. Outra é desqualificada para qualquer debate que envolva temas sociais, restringindo-se a um economicismo corporativista, que enfraquece a solidariedade no seio da classe trabalhadora.

Neste cenário, buscar estratégias de (re)construção do “*empowerment*”, do poder coletivo da classe trabalhadora, como um todo, ou de alguma categoria específica, é tarefa hercúlea e que requer capacidade de articulação, reciprocidade e convicção real em uma proposta societária.

Ricardo ANTUNES⁵ aponta alguns caminhos na perspectiva da construção deste *empowerment*. São desafios a serem buscados, pelo conjunto da classe trabalhadora, e por aqueles que se solidarizam com ela:

- Articulações que busquem romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores “estáveis”, em processo franco de redução, daqueles trabalhadores precarizados, na chamada “economia informal”. Articulações capazes de organizar *sindicalmente* os desorganizados e com isso reverter as taxas de desindustrialização;
- Vencer a tentação de um *novo corporativismo* que defende exclusivamente suas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas;
- Combater a tendência crescente da excessiva *institucionalização e burocratização* que tão fortemente tem marcado o movimento sindical e que o distancia das suas bases sociais;

⁵ *Ibidem*, 1997: pp. 82-3.

- Reverter a tendência, desenvolvida a partir do toyotismo, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado, *sindicalismo de empresa*, mais vulnerável atado ao comando patronal;
- *Articular e fundir as lutas sociais*: sindical, parlamentar, econômica e política, que dão vida às ações de classe, com suas ações no âmbito da institucionalidade.

São estes os desafios mais globais e gerais que se apresentam no momento, para a reconstrução do poder coletivo, do *empowerment* da classe-que-vive-do-trabalho.

A Mundialização do Capital e o Empowerment

As transformações ocorridas a partir do final do século XX no mundo do trabalho e na organização do Capital, particularizadas em função das circunstâncias socioeconômicas locais, de inserção de cada país ou região na estrutura global de produção de capital, trazem elementos comuns que afetam profundamente categorias profissionais, a classe trabalhadora coletivamente e também, em nível pessoal, fragilizam o sujeito que vive do trabalho.

Um dos fatores destas transformações a se considerar é a financeirização do mundo ou a mundialização do capital, em que o capital, independentemente de ética, leis e governos, existe para gerar mais capital.

Há uma nova forma de economia, a economia transnacional cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrados. Enquanto reduzem-se os investimentos na produção de bens e serviços, estimula-se o capital privado centralizado aplicado no mercado financeiro. Esta acumulação financeira obtém seu rendimento por si mesmo sem, necessariamente precisar ser trocado por outra mercadoria ou transformado em outro produto. A esfera financeira pouco gera, além de seu próprio lucro. É suas prioridades e seu horizonte temporal ditam o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas, refletindo também no nível e na orientação setorial do investimento produtivo.

Este alto grau de concentração e de poder ignora fronteiras geográficas e gestões nacionais e se desenvolve num universo quase totalmente desregulado e transfigura ou determina o papel desempenhado pelos próprios Estados, sobretudo dos países pobres, onde o governo passa a ser um mero administrador das determinações e interesses ditados pelo capital transnacional.

Na fase atual da acumulação predominantemente rentista, chega-se ao auge da irracionalidade do capitalismo sem freios.

E as tramas de sua rede atingem e envolvem as relações sociais, as representações dos sujeitos e deformam sua identidade. Impõe formas de comportamento e uma ideologia de competição agressiva e hegemônica, onde a ascensão social baseia-se na capacidade de acumular e adquirir bens e serviços.

Muito mais cruéis são seus efeitos sobre os sujeitos coletivos: grupos, categorias, nações. No sujeito coletivo, esta rede, destrói a cultura, a memória, os laços históricos e afetivos, provocando uma fragmentação e uma perda de identidade coletiva.

Esta ideologia que unifica comportamentos e fragmenta as relações encontra resistências no processo dialético de construção e reconstrução do sujeito.

O *empowerment* na reconstrução do sujeito, está em intercambiar experiências singulares ou particulares para construir o coletivo. Estabelecer estratégias de desvendamento crítico da realidade, do real e nas circunstancialidades materiais concretas, valorizar as diferenças, as diversidades. Sobretudo, neste contexto e neste tempo:

(...) significa o apoio estratégico à expressão da diversidade cultural e a necessidade de convivência com o multiculturalismo. No Brasil, esta perspectiva implica na valorização da mestiçagem, característica de nosso povo e manifestação das maneiras de se ver o mundo profundamente enraizados no povo e, inclusive presente na música, na religião, no folclore, nos cuidados de saúde, no conhecimento das plantas. Isto não é a volta do comunitarismo autoritário e a rejeição da tecnologia, mas a incorporação da voz dos dominados e excluídos no contexto universalisante.

(...) É hoje, viável e barato, programas de televisão (e rádio comunitárias) para a interação local e formação de uma rede de autoconhecimento, de valorização da história e do sujeito coletivo. A sociedade da informação possibilita essa diversidade e sua “deslocalização” através da difusão.⁶

Na classe operária este *empowerment* pode ser facilitado por sua característica de mobilidade, de reconstrução e construção constante. Ecléa Bosi⁷ nos chama a atenção para a resistência diária à massificação e ao nivelamento, como traço da cultura operária. Embora exista uma unidade de símbolos, de valores, de representações porque o conteúdo concreto da consciência acompanha os meios materiais de sobrevivência, as atitudes operárias tendem a movimentos de diferenciação o que possibilita a autonomia e a produção do sujeito.

Cabe, neste contexto, a cooperação e a articulação de sujeitos coletivos e de organismos críticos na busca de estratégias que favoreçam o

⁶ V.P. Faleiros, *Desafios do Serviço Social na era da globalização*. (mimeo), 1999.

⁷ Cf. E. Bosi, *Cultura de massa e cultura popular*, Vozes, Petrópolis, 1981, p. 16.

empowerment, o fortalecimento do sujeito, singular ou coletivamente e de suas representações sociais.

Isto deve implicar na mudança das relações sociais e em reconstrução do poder do segmento majoritário da sociedade: a classe-que-vive-do-trabalho (e que necessita dele para sobreviver). O *empowerment* deve compreender ainda e fundamentalmente a autonomia a capacidade de estabelecer direção social da classe trabalhadora.

Como sugere Ricardo Antunes⁸, o capitalismo não é inesgotável, indestrutível, não é o modelo final e definitivo de sociedade. Não é destino absoluto da humanidade.

Por mais absoluto que possa parecer, neste momento histórico, apresenta falhas, e sinais, embora discretos e fragmentados, de fragilidade.

Na correlação de forças das relações sociais e no movimento dinâmico da história humana na reação que procede a cada ação, é possível ainda alimentar utopias por uma sociedade mais igualitária, mais fraterna.

Pequenos sinais da criatividade, da habilidade e de reação da classe trabalhadora, são perceptíveis.

Dentre eles a “economia solidária” que surge como uma alternativa de organização da produção e a força de trabalho, mesmo em larga escala, num molde diferente do proposto pelo grande capital.

Experiências bem sucedidas nesta linha ocorrem em várias partes do mundo. No Brasil, cooperativas populares de produção, de trabalho e de prestação de serviços; empresas auto-gestionárias, redes de micro-empresas e de produtores autônomos, se multiplicam e apontam novas possibilidades de uma economia⁹ voltada para uma reprodução ampliada da vida e não para a acumulação⁹.

Destacando-se neste cenário, as cooperativas de produtores agrícolas nos assentamentos rurais organizados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e a atuação da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária). Esta última nasceu da experiência dos próprios trabalhadores em iniciativas autogestionárias, com o objetivo de manter o trabalho e renda. Tem buscando proporcionar a estes trabalhadores condições de desenvolver instrumentos e planos de melhoria contínua para a consolidação da empresa ou do empreendimento, considerando a fragilidade econômica e técnica que pesa sobre a maioria destes projetos, a perspectiva político-pedagógica tem papel determinante na sustentabilidade dos mesmos, impactando sobre mudanças institucionais, comportamentais e culturais.

Obviamente, a economia capitalista, o mercado competitivo e os valores individualistas e consumistas a eles inerentes, restringem a natu-

⁸ R. ANTUNES, *Os Sentidos do Trabalho*, Boitempo Editorial, São Paulo, 1999.

⁹ IBASE/ANTEAG, *Autogestão em Avaliação*, Anteag Edições, São Paulo, 2004, p. 36.

reza solidária das iniciativas de cooperação e autogestão, porém, mesmo com inúmeras dificuldades elas têm conseguido proporcionar uma sustentabilidade mínima, ou seja, a sobrevivência digna dos sujeitos envolvidos. O trabalho ganha centralidade e o trabalhador tende à apropriação dos resultados do seu trabalho.

Finalizando, a economia solidária, enquanto capacidade da classe trabalhadora de realizar parcerias para consecução de projetos econômicos e sociais onde a vida humana se sobreponha ao lucro e ao mercado, se apresenta como alternativa real de produção de bens necessários e úteis.

Portanto o *empowerment*, nesta economia solidária, está na reciprocidade e na articulação de redes que se espalham internacionalmente onde a cooperação e a confiança prevalecem sobre a competição, a concorrência, o individualismo e a dependência, elementos referenciais do sistema capitalista.

Obviamente, há de se ter cuidados suficientes para que a institucionalização destas redes não crie um aparato burocrático, a exemplo do que a história já nos demonstrou em relação aos sindicatos.

Bibliografia

ANTUNES, R. *Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro*. In: *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Coleção Mundo do Trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BOSI, Eclea. *Cultura de massa e cultura popular*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Desafios do Serviço Social na era da globalização*. (mimeo), 1999.

IBASE/ANTEAG *Autogestão em Avaliação*. Edições Anteag, São Paulo, 2004.

LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Página Aberta Ltda., 1994.

_____(org.). *O trabalho em movimento: reestruturação produtiva e Sindicatos no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1997.

TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Universidade do Ceará - UECE, 1996.

Maria Isabel Bel do Nascimento Guimarães

Diretora de Políticas Públicas na Prefeitura Municipal de Franca – Estado de São Paulo – Brasil

eMail: belguimaraes@hotmail.com